

VISÃO MONOCULAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO PROCESSO INCLUSIVO POR MEIO DA EFETIVAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 14.126 DE 22 DE MARÇO DE 2021.

Maria José Guerra ¹
Estela Simões orientadora do Trabalho ²

RESUMO

O processo de inclusão perpassa por mudanças nas políticas públicas educacionais estruturais e pedagógicas no sentido de viabilizar acessibilidade arquitetônica e reestruturação no currículo para assegurar as características individuais dos discentes adequando as suas necessidades, como meio de assegurar o acesso e permanência deste discente garantindo acesso as tecnologias assistivas na forma da lei O discurso neste artigo transita pela visão monocular: desafios e perspectivas no processo inclusivo por meio da efetivação da lei federal nº 14.126 de 22 de março de 2021.

Palavras-chave: Visão Monocular, Educação Inclusiva, NAPNE e currículo adaptado.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva no cenário da educação profissional e tecnológica, vem disseminando políticas públicas educacionais no país, diante desta conjuntura buscou-se pesquisar pela Inclusão da Visão Monocular no contexto da Educação Profissional. Diante do exposto, propõe-se neste estudo o seguinte problema: Como os envolvidos com os Núcleos de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNES) do Instituto Federal de Alagoas, lidam e orientam as ações com relação aos discentes com Visão Monocular? Essa indagação transita pelo campo do pressuposto que os envolvidos com os NAPNES consideram a visão monocular como baixa visão, pela dualidade existente entre as legislações, por esta razão, as instituições enfrentam desafios na execução das tecnologias assistivas, partindo da

¹ Graduada em pedagogia pela UNEB, mestre em educação profissional e Tecnológica -IFAL e cursando especialização em Educação Inclusiva pelo Instituto Federal Sul de Minas, Campi de Machado. Professora EBTT da Universidade Federal de Alagoas, mariaguerra.pedagoga@hotmail.com; maria.guerra@cedu.ufal.br

² Professor orientador: Estela Mari Santos da Silva Simões Doutora em Educação, pela Universidade de Passo Fundo -UPF. Mestra em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões -URI, Possui graduação em Pedagogia. E-mail: estelasimoes89@gmail.com

premissa que só conhecem a baixa visão. Seguindo nesta dimensão dialógica da produção de conhecimentos investigativos, esta pesquisa apresenta como objetivo geral: Identificar através dos envolvidos com o NAPNE do IFAL, as orientações e ações inerentes, assim como o perfil, acerca dos discentes com visão monocular. A partir do exposto os objetivos específicos são os seguintes: (1) mapear o perfil dos discentes e servidores que tem visão monocular no IFAL; (2) discutir sobre os percalços enfrentados pela pessoa com visão monocular e em particular dos discentes da Educação Profissional e Tecnológica; (3) elaborar uma cartilha como produto educacional sobre a educação profissional e tecnológica inclusiva, com foco na visão monocular; (4) buscar dados bibliográficos que permitam fazer um panorama da educação inclusiva no Brasil.

O discurso nesta pesquisa transita pela inclusão da visão monocular como meio de assegurar o acesso e permanência deste discente garantindo acesso as tecnologias assistivas na forma da lei

METODOLOGIA

A pesquisa que foi desenvolvida nos NAPNEs IFAL tem caráter investigativo de cunho qualitativo e do tipo pesquisa-ação colaborativa, cujos instrumentos metodológicos incluem questionário semiestruturado para os profissionais envolvidos com o Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas-NAPNE do IFAL sobre o atendimento as pessoas com visão monocular. Assim como buscar-se-á, elaborar o perfil dos discentes do IFAL acometidos da visão monocular.

Os participantes envolvidos nesta pesquisa são: 17 Docentes e 17 técnicos administrativos envolvidos com os NAPNES do IFAL e 1 coordenador de políticas afirmativas estudantis da Reitoria, totalizando 35 participantes, percorrendo os campi que tem Napnes criados ou que estão em fase de implantação, são os seguintes: Arapiraca, Batalha, Maragogi, Murici, Piranhas, Rio Largo, Santana, São Miguel, Satuba, Viçosa, Palmeira, Penedo, Maceió e Marechal.

E para traçar o perfil dos discentes com visão monocular, buscou-se, por meio da coordenação de ações afirmativas na Reitoria do IFAL, documentos que comprovem a existência de discentes com visão monocular e ou baixa visão em todos os campi.

A partir desta prerrogativa, a pesquisa atende um grupo, dividido em seguimentos de docentes e técnicos administrativos neste sentido o questionário tende a ser o melhor recurso.

Na travessia desta pesquisa, defrontou-se com fatores das variáveis intervenientes, devido



a pandemia da covid-19, que interferiu diretamente na quantidade dos participantes. Nesta intervenção obtive-se apenas 11 participantes envolvidos com os NAPNES, destes participantes contou-se com 45,5% de Docentes e 54,5% de Técnicos administrativos.

Inicialmente o projeto foi submetido na Plataforma Brasil e destinado ao Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas-UNCISAL, e teve a aprovação do referido órgão para sua realização, o parecer consubstanciado do CEP.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa desenvolve instrumentos norteadores para realização de diagnósticos em dois momentos distintos. No primeiro momento foi feita a coleta dados na Reitoria de Políticas afirmativas estudantis, através do questionário 1 semiestruturado, para mapear dados do quantitativo de estudantes com algum tipo de deficiência visual, no Instituto Federal de Alagoas. No segundo momento foi feita coleta de dados com os docentes e técnicos administrativos por meio google forms, devido a pandemia.

REFERENCIAL TEÓRICO

A tecnologia assistiva no processo de inclusão da pessoa com visão monocular permeia por uma atenção acolhedora no sentido de atender as especificidades individuais e particulares, neste sentido o discente se sente pertencente a instituição. Vale salientar que cada pessoa tem suas individualidades e possuem necessidades diferentes de adaptações.

Ao enfatizar as adaptações como elemento fundamental refere-se ao recurso classificado como uma TA - Tecnologia Assistiva, que apresenta conceito definido na Lei Brasileira de Inclusão – Lei 13.146 em seu inciso III, art. 3º, que conceitua Tecnologia Assistiva ou ajuda técnica como:

...produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2015).

A Instrução Normativa referenciada pelo Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, define deficiência visual em seu artigo 5º da seguinte forma:

...deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que



significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (BRASIL, 2004).

A partir deste decreto fica evidente a não caracterização da visão monocular como deficiência, vale salientar que no Brasil a visão monocular é reconhecida pela jurisprudência, por esta razão apresenta dualidades na compreensão e execução.

A pessoa acometida com visão monocular possui várias limitações funcionais decorrentes da perda da visão binocular tais como: dificuldades de locomoção em ruas e calçadas desniveladas, subir e descender escadas, solicitar parada de ônibus, motivadas pela perda parcial de noções de distâncias, profundidade e percepção lateral, coordenação motora, e estas limitações provocam problemas psicológicos entre eles a vergonha, constrangimento, angústia, depressão e a discriminação.

Diante desta percepção, são relevantes os estudos retratados por Marback et.al. (2007) que apresentam em sua pesquisa realizada no Departamento de Oftalmologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina – USP, sobre essas limitações da perda visual monocular que desenvolvem danos psicológicos, funcionais e sociais.

A perda de um dos olhos para o indivíduo resulta em trauma psicológico e deformidade corporal. A transição para a visão monocular pode ser um processo difícil para o paciente, tanto funcional quanto psicologicamente, com repercussões sociais. Estudos apontaram que indivíduos referiram dificuldades em relação à aparência, mobilidade, dirigir automóvel, praticar esportes, desconforto e perda de status no emprego. (MARBAC, 2007, p. 576).

De fato, esta pesquisa representa os sentimentos das pessoas acometidas com visão monocular, a transição referida é para aquelas pessoas que perderam a visão depois de algum tempo. Em relação a percepção do monocular requer um tempo maior para compreender, pela ausência da tridimensionalidade. De acordo com Vygotsky, “a zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentes em estado embrionário” (VYGOTSKY, 1991, p. 97). Reconhecer estas limitações e potencializar com acompanhamentos que se efetive no desenvolvimento real do discente. Foi esquematizado uma tabela para melhor compreensão, veja abaixo:

QUADRO 3- LIMITAÇÕES E DIFICULDADES DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR.

Limitações cotidianas	Dificuldades espaciais e motoras
------------------------------	---

assistir a filmes e jogos em 3D	Coordenação motora comprometida;
Leitura por muito tempo na tela do computador;	Participar de desafios que envolva lateralidade;
As pessoas com visão monocular poderão passar por você e não te cumprimentar, pelo fato de não ter a visão tridimensional, se porventura, depara-se, com essa situação chame-a e avise-a da sua presença;	Noção de profundidade limitada e distância, por possui somente a visão dimensional; Andar de bicicleta;
Algumas pessoas com visão monocular, preferem não falar das suas limitações, por gerar um certo desconforto de constrangimento;	Noção de espaços; atravessar cruzamentos; subir e descer degraus;
Desistem de estudar por se sentirem incapazes e ou inferiores;	Solicitar parada de ônibus;
Às vezes deixa de realizar algumas atividades por sentir-se incapaz;	Praticar esportes que exija coordenação motora;
E diversas outras atividades diárias comprometidas, seja no trabalho, na vida pessoal e social.	Diminuição da percepção no horário noturno.

Fonte: Elaboração Própria, a partir dos estudos de Marback *et.al* 2007.

Para Mittler (2003, p. 34), essa organização dos sistemas de ensino na perspectiva da educação inclusiva implica:

[...] uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição educacional ou a deficiência.

O congresso Nacional aprovou no dia 27 de novembro de 2019 em regime de urgência o projeto de Lei a PL1651/2019 sobre “classificação da visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual, assegurando a pessoa com visão monocular os mesmos direitos e benefícios previstos na legislação para a pessoa com deficiência”. Neste seguimento altera a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, e dá outras providências. A referida Lei homenageará Amália Barros uma jovem jornalista com visão monocular militante da causa dos mononucleares que passou por 13 procedimentos cirúrgicos. Em 22 de março de 2021 foi sancionada a Lei Federal nº 14.126, que classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual.

Um marco histórico na consolidação das políticas públicas afirmativas, por meio da aprovação do estatuto da pessoa com deficiência que ressignifica os processos de inclusão pela implantação de ações pedagógicas na construção de práticas inclusivas que consideram as necessidades individuais nas suas diversas particularidades. Seguindo este percurso de



consolidação de uma educação inclusiva para todos o referido estatuto da pessoa com deficiência estabelece em seu artigo 27 que:

....a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Levando em consideração os aspectos inclusivos no contexto do projeto pedagógico e planejamento, a Lei Brasileira de inclusão trouxe grandes avanços no sentido de consolidação de obrigatoriedade das adaptações curriculares de acordo com as necessidades individuais de cada estudante, dessa forma em seu Art. 28, prevê o dever do poder público em assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar projetos pedagógicos que oportunizem a todos os estudantes acesso ao currículo escolar. Neste sentido o inciso III desse caput assegura:

...projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia. BRASIL (LBI, 2015).

A escola inclusiva tem a responsabilidade de organizar e planejar as adaptações do currículo na instância político administrativo institucional como de garantir acesso e permanência das pessoas com deficiência. Nesta mesma vertente do ART. 28 da LBI no inciso XIV trata explicitamente da “inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento” (BRASIL, 2015)

Trata-se de uma reflexão acerca da abordagem dos conteúdos curriculares na educação profissional e tecnológica com foco em práticas pedagógicas inclusivas que possibilite o desenvolvimento de novas estratégias por meio de um olhar horizontal no processo das adaptações curriculares no cotidiano das salas de aula regulares, com metodologias inovadoras nos processos interativos de ensinar e de aprender, buscando atender as particularidades individuais dos discentes com deficiência no contexto da formação integrada. De acordo com a autora Ciavatta (2005, p. 2) define como “A formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar”.



Partindo da premissa que a educação propõe a todos os discentes o direito de ser incluídos, nesta concepção de acordo com Sassaki (1997), que é considerado o pai dos processos inclusivos no Brasil afirma:

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais, e simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. Isso remete à escola, aos educadores, a comunidade escolar, o sistema de ensino. (...). Uma verdadeira mudança na forma de conduzir o processo, ensino e aprendizagem. (SASSAKI, 1997, p. 41).

A prática educacional inclusiva transforma positivamente a realidade daqueles que dela participam e do contexto em que estão inseridos. Conforme evidência Camargo (2012, p. 15), “A busca por uma didática inclusiva não é simples, deve superar os modelos pedagógicos tradicionais enfatizando o impacto de variáveis específicas na implantação de uma educação para todos”. Uma ação inclusiva requer pensar e modificar a prática pedagógica.

Em relação a essas práticas pedagógicas e o respeito a diferença na construção de uma educação onde todos são incluídos, sem discriminação, tendo acesso a uma escola de qualidade, acessível, justa e equânime

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos pressupostos norteadores e das relações apresentadas acerca da problemática e das hipóteses levantadas na introdução esta pesquisa visa responder a seguinte questão: Como os envolvidos com o Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas do Instituto Federal de Alagoas lidam e orientam as ações com relação aos discentes com Visão Monocular?

Neste processo investigativo da produção do conhecimento aponta-se a dicotomia que transita pelo campo da hipótese que consideram a visão monocular como baixa visão, pela dualidade existente entre as legislações, por esta razão as Instituições enfrentam desafios na execução das tecnologias assistivas, partindo do pressuposto que só conhecem a baixa visão.

Neste sentido, diante dos dados coletados e analisados, há uma relação de aproximação do problema da pesquisa. A partir deste viés analítico pressupõe a identificação de estudantes com baixa visão constituintes da percepção que visão monocular é caracterizado como baixa visão, podemos entender dentro deste contexto a inexistência da nomenclatura

visão monocular.

Quadro -Estudantes com Visão Monocular ou Baixa Visão

Campus	Estudante com deficiência	Quantidade	Curso
Arapiraca	Cegueira em ambos os olhos	1	Informática/técnico integrado
Marechal	Cegueira em ambos os olhos	1	Meio ambiente
Maceió	Cegueira total	1	Não respondeu.
Maceió	Baixa Visão	1	Informática para internet
Palmeira dos Índios	Miopia e glaucoma	1	Sistemas/eletrotécnica
Santana	Deficiência visual Ceratocone	1	Engenharia agrônoma
_____	Deficiência visual Ceratocone	1	Engenharia agrônoma

Fonte: Dados da pesquisa.

Este quadro , apresenta um panorama parcial referente ao mapeamento do perfil dos estudantes com algum tipo de deficiência visual, de acordo com os dados coletados no setor de políticas afirmativas estudantis na Reitoria do Instituto Federal de Alagoas. Foi identificado um estudante com baixa visão, no campus de Maceió, no curso de Informática para Internet. Que o quadro mostra os cursos do Instituto Federal de Alagoas que possuem estudantes com algum tipo de deficiência visual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que este estudo possa contribuir no processo de implementação e de reconhecimento da visão monocular como deficiência visual do tipo sensorial no contexto educação profissional e tecnológica de forma articulada entre os Nappes docentes, técnicos administrativos e demais setores constituintes do Instituto Federal de Alagoas-IFAL. Como resultado a pesquisadora almeja construir uma orientação articulada entre os setores envolvidos que realmente faça a diferença para todos aqueles que de alguma forma contribuem com a trajetória acadêmica dos estudantes com deficiência, que efetivamente percebam não só as diferenças existentes, mas as potencialidades de cada um e saiba valorizá-las da melhor forma possível.



Quando nos referimos em práticas inclusivas, estamos dialogando com ações estratégicas, que promovam a participação plena do estudante e neste processo evidenciamos a interação entre professor e aluno para aproximação da realidade dos discentes. Quão gratificante poder contribuir na disseminação dos conhecimentos científicos e na partilha saberes que vive e respeita a diversidade para promoção do acesso à informação das leis de forma a possibilitar meios de efetivação das políticas afirmativas. Esta pesquisa foi desenvolvida com foco nos objetivos específicos são os seguintes: (1) mapear o perfil dos discentes e servidores que tem visão monocular no IFAL; (2) discutir sobre os percalços enfrentados pela pessoa com visão monocular e em particular dos discentes da Educação Profissional e Tecnológica; (3) elaborar uma cartilha como produto educacional com foco na visão monocular; (4) buscar dados bibliográficos que permitam fazer um panorama da educação inclusiva no Brasil.

Dessa forma, compreende-se que o trabalho ora realizado é um processo inconcluso, mas há uma etapa de desfecho de ideias, proposições e apontamentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 20 de Julho de 2022.

BRASIL. Lei Nº 14.126 de 22 de marco de 2021. Disponível em: [L14126 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/) .Acesso em: 20 de Julho de 2022.

CAMARGO, Eder Pires. **Saberes docentes para a inclusão do aluno com deficiência visual em aulas de Física**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zq8t6/pdf/camargo-9788539303533.pdf>. Acesso em: 05 de jun. 2022.

Marback RF, Temporini ER, Maia Júnior OO, Kara-Júnior N. SIGNIFICAÇÕES ATRIBUÍDAS POR PORTADORES DE VISÃO MONOCULAR À PERDA VISUAL E CIRURGIA DE CATARATA. Medicina (Ribeirão Preto) 2007. Acesso em 18 de julho de 2022. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/35>.

MITTLER, Pieter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003).

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SASSAKI, R. K. Inclusão, construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro. ed. WVA, 1997.